

O sacrifício do governo e da sociedade

Entre corte de gastos, elevação da carga tributária e aumento das receitas da Previdência do setor público, o governo exigirá dele e da sociedade um sacrifício de R\$ 28 bilhões, algo superior a 3% do PIB. Não se pode, pois, negar que o programa de ajuste é recessivo. Aliás, o governo, em documento que acaba de divulgar, prevê um crescimento negativo do PIB de 1%.

Admitindo que o programa seja aprovado pelo Congresso nos termos formulados pela equipe econômica, o governo poderá dispor de dois recursos para fazer que aos efeitos da recessão sejam menores do que os previstos: a redução da taxa de juros – que indiretamente representa um aumento de poder aquisitivo – e a adoção de uma taxa cambial mais agressiva,

que permitiria um aumento das exportações e uma redução das importações. Excluímos um aumento da contribuição da poupança externa, especialmente empréstimos, dos meios de que o governo pode lançar mão porque tememos que os capitais externos demorarão a voltar a ser aplicados nos países emergentes.

O problema dos juros da dívida não foi tratado no Programa de Estabilidade Fiscal (PEF), embora eles representem 7,2% do PIB. Na verdade, o PEF objetiva alcançar um superavit primário, que exclui os gastos com juros. No entanto, o governo deveria considerar que a redução da taxa de juros está intimamente ligada ao aumento das receitas na medida em que o crescimento das vendas do comércio

e dos investimentos das empresas dependem diretamente do custo do dinheiro.

No gráfico divulgado pelo governo, prevê-se uma redução da taxa nominal de juros, que se fixaria em 35% até o final do ano e em 20% daqui a um ano. Mesmo que o governo consiga proceder a essa redução – no PEF não há compromisso nesse sentido – é evidente que essas taxas ainda são altas demais para permitir que se observe neste e no próximo ano algum efeito significativo sobre a demanda.

O ministro da Fazenda, na sua apresentação do PEF, descartou qualquer modificação da política cambial. Uma alteração na política cambial, como todos sabem, não se anuncia com antecedência, mas nos parece evidente que seria inútil

realizar qualquer modificação no sistema atual antes de ter-se certeza de que o programa de ajuste será aprovado pelo Congresso e aplicado pelo governo federal.

Não se pode negar que o programa anunciado não favorece uma melhora da balança comercial. Muito pelo contrário. Com efeito, como não se prevê a isenção da CPMF nas operações de exportação, o aumento dessa contribuição tornará mais caros os produtos brasileiros vendidos ao exterior, enquanto os importadores – que continuarão gozando do benefício de não arcar com o ônus do Cofins sobre as operações com produtos importados – continuarão tendo vantagem sobre os que negociam com produtos nacionais.